Processo n.º 598/2008

Data do acórdão: 2008-11-06

(Recurso penal)

Assunto:

– medida da pena

S U M Á R I O

A determinação da medida da pena não é arbitrária, é antes uma actividade judicial juridicamente vinculada, uma verdadeira aplicação de direito.

O relator,

Chan Kuong Seng

Processo n.º 598/2008

(Recurso penal)

Recorrente: Ministério Público

Arguido recorrido: A

ACORDAM NO TRIBUNAL DE SEGUNDA INSTÂNCIA DA REGIÃO ADMINISTRATIVA ESPECIAL DE MACAU

I - RELATÓRIO

Em 8 de Julho de 2008, foi proferida a seguinte sentença em primeira instância no âmbito do Processo Sumário n.º CR2-08-0177-PSM, condenatório do arguido A, já aí melhor identificado:

<<SENTENÇA

1. RELATÓRIO

O Ministério Público acusa, com base nos factos participados e descritos no auto de notícia junto aos autos, o arguido acima identificado pela prática de um crime de desobediência qualificada, p. e p. pelo art.º 312º, n.º 2 do Código Penal,

conjugado com o art.º 92º, n.º 1 da Lei do Trânsito Rodoviário.

2. FACTOS:

FACTOS PROVADOS:

Em 8 de Julho de 2008, cerca das 2:20 horas, o guarda da P.S.P. procedeu a uma operação de “STOP” na Rotunda Ouvidor Arriaga da Taipa, perto do Hotel Taipa, e procedeu à inspeção dum automóvel ligeiro com chapa de matrícula MG-XX-XX, que era conduzido pelo arguido A.

Durante a inspeção dos documentos do automóvel ligeiro, o arguido não conseguiu a mostrar o seguro de responsabilidade civil do automóvel nem a sua carta de condução.

Conforme os dados de registos da P.S.P., o arguido havia sido interdito de conduzir na R.A.E.M. no total de 366 dias (até 26 de Fevereiro de 2009).

O arguido foi notificado no dia 27 de Fevereiro de 2008 (a fls. 19), para suspender a validade da licença de condução por um período de dois (2) meses no Processo Contravencional n.º CR1-07-0557-PCT.

Seguidamente, no Processo Sumário n.º CR2-08-0054-PSM e CR1-08-0146-PSM, o arguido foi notificado e advertido que ficava interdito de conduzir na R.A.E.M. no período de 4 meses e meio ano respectivamente.

No entanto, o arguido agiu, bem sabendo desta notificação e ciente de que a violação à interdição de conduzir na R.A.E.M. é punida com pena de prisão ou multa.

Agiu deliberada, livre e conscientemente, bem sabendo que a sua conduta era proibida.

Mais se provou que:

Tem como habilitações literárias ao 1º ano do ensino universitário.

Trabalha como empregado de bar (part-time), auferindo cerca das MOP\$3,500 mensalmente.

É divorciado, tem duas filhas que moram juntamente com a ex-mulher e pagando para alimentação cerca de MOP\$2,500.

Vive com a namorada, que trabalha como empregada de bar no Venetian, a casa onde mora é arrenda com a renda mensal de MOP\$2,600.

Confessou os factos e mostrou-se arrependido.

Tem os antecedentes criminais que constam do seu CRC de fls. 25 a 27 dos autos.

FACTOS NÃO PROVADOS:

Não resultaram provados quaisquer outros factos com relevo para a decisão da causa.

A convicção do Tribunal resultou da análise conjunta e crítica da prova produzida, ponderada segundo as regras da lógica e da experiência. Nomeadamente, ponderou o Tribunal a confissão integral do arguido e nos documentos juntos aos autos.

3. ENQUADRAMENTO JURÍDICO-PENAL DOS FACTOS:

A factualidade provada faz incorrer indubitavelmente o arguido na prática, em autoria material, de **um crime de desobediência qualificada, p. e p. pelo art.º 312º, n.º 2 do Código Penal, conjugado com o art.º 92º, n.º 1 da Lei do Trânsito Rodoviário**, e punível com pena de prisão até 2 anos ou com pena de multa até 240 dias.

Medida da pena:

Em sede da medida da pena, atender-se-á ao disposto nos art.ºs 40º e 65º do Código Penal, e assim em função da culpa e das exigências de prevenção criminal, quer geral quer especial.

Assim, considerar-se-á mormente as seguintes circunstâncias:

- a) O grau de ilicitude.
- b) As consequências do crime.
- c) O dolo.
- d) As condições pessoais e situação sócio-económica do arguido.

São medianos o grau de ilicitude e a gravidade das consequências do crime. O dolo é intenso, porque directo. O modo de execução do facto é o normalmente usado em situação congéneres. O arguido não é primário e é de condição social média.

São considerados ainda os fins que determinaram o crime.

Depois de tudo ponderado, entende o Tribunal adequado aplicar ao arguido a pena de dois (2) meses de prisão, a qual não se suspende na sua execução por se entender que não é suficiente a simples censura do facto e a ameaça da pena para reinserir o arguido e para assegurar a protecção dos bens jurídicos protegidos pelas normas penais (art. 48º do Código Penal), uma vez que o mesmo praticou novo crime de desobediência qualificada após ter sido condenado em pena de prisão suspensa na sua execução pela prática de um crime da mesma natureza.

Na concretização deste propósito achamos equilibrado fixar a pena concreta em dois 2 meses de prisão efectiva, face à necessidade de prevenir o cometimento de futuros crimes desta natureza. (artº,44º, nº. 1 do CP).

DECISÃO

Nos termos e fundamentos expostos, o Tribunal julga a acusação procedente por ser provada e, em consequência, **CONDENA** o arguido **A** acima identificado:

Pela prática, em autoria material, na forma consumada, de um crime de desobediência qualificada p. e p. pelo art.º. 312º, n.º 2 do Código Penal, conjugado com o art.º 92º, n.º 1 da Lei do Trânsito Rodoviário, na pena de dois (2) meses de prisão efectiva.

Mais condena o arguido em meia unidade de conta (½ UC) de taxa de justiça, já com a redução prescrita no art.º.325º, n.º.2 do C.P.Penal, nas custas do processo, com quinhentas patacas (MOP\$500) de honorários ao seu ilustre defensor nomeado, adiantados pelo GPTUI.

Mais condena o arguido a pagar uma quantia de quinhentas patacas (MOP\$500) como contribuição pecuniária a favor do Cofre de Justiça e dos Registos e Notariado, por força do art.º 24º. n.º 2 da Lei n.º 6/98/M, de 17/08/98 (Lei de Protecção às Vítimas de Crimes Violentos).

Restitua o arguido à liberdade.

Notifique e remeta o boletim do arguido ao registo criminal.

Passes mandados de detenção, após trânsito em julgado desta sentença.

Comunique aos Processo Sumário de CR2-08-0054-PSM e CR1-08-0146-PSM para os efeitos tidos por convenientes.

[...]>> (cfr. o teor de fls. 30v a 32v dos presentes autos correspondentes).

Inconformada, veio a Digna Delegada do Procurador junto do Tribunal *a quo* recorrer para esta Segunda Instância, rogando a condenação do

arguido em pena de prisão efectiva não inferior a três meses e em pena de inibição de condução por período não inferior a seis meses, pela prática de um crime de desobediência qualificada previsto pelo art.º 312.º, n.º 2, do Código Penal de Macau (CPM), conjugado com os art.ºs 92.º, n.º 1, e 94.º, n.º 1, da Lei do Trânsito Rodoviário (cfr. o teor da motivação de recurso, a fls. 36v a 38v dos autos).

Ao recurso respondeu o arguido no sentido principal de improcedência (cfr. o teor da resposta de fls. 44 a 48 dos autos).

Subido o recurso, emitiu a Digna Procuradora-Adjunta douto parecer, pugnando pelo provimento do recurso.

Feito o exame preliminar e corridos depois os vistos legais, procedeu-se à audiência em julgamento com observância do formalismo previsto no art.º 414.º do CPPM.

Cumpre, pois, decidir do recurso.

II – DOS FACTOS

Como ponto de partida, é de relembrar toda a fundamentação da sentença recorrida, já acima transcrita.

III – DO DIREITO

Ora, a nível de direito, e após analisados todos os elementos constantes dos autos, é de louvar aqui o seguinte perspicaz parecer da Digna Procuradora-Adjunta, como solução concreta do objecto do recurso:

– <<[...]

O presente recurso, interposto pelo Ministério Público, prende-se com a determinação da medida da pena de prisão e a aplicação, ou não, da pena de inibição de condução.

Na sua motivação do recurso, a Magistrada do Ministério Público pede a condenação do arguido numa pena de prisão efectiva não inferior a três meses e na pena de inibição de condução por um período não inferior a seis meses.

[...]

Como se sabe, é de entendimento uniforme que, na determinação da medida da pena, não obstante ser dominante a “Teoria da margem da liberdade”, esta liberdade conferida ao julgador não é arbitrária, é antes uma actividade judicial juridicamente vinculada, uma verdadeira aplicação de direito.

E nada impede que o tribunal de recurso aprecie a respectiva questão colocada à sua decisão, alterando a medida de pena concretamente aplicada pelo tribunal de 1ª instância.

No caso *sub judice*, ao arguido é imputada, e provada, a prática de um crime de desobediência qualificada p.p. pelo artº 312º nº 2 do CPM, conjugado com o artº 92º nº 1 da Lei do Trânsito Rodoviário, punível com pena de prisão até 2 anos ou de multa até 240 dias.

Sem pôr em causa a bondade da douta Sentença ora recorrida na parte

respeitante à escolha da pena, o Ministério Público impugna a medida concreta da pena de prisão aplicada pelo Tribunal *a quo*.

Nos termos do artº 65º do CPM, a determinação da medida da pena é feita “em função da culpa do agente e das exigências de prevenção criminal”, tanto de prevenção geral como de prevenção especial.

A culpa, enquanto pressuposto da pena, define o seu limite máximo.

E dentro desse limite, a pena concreta “é determinada no interior de uma moldura de prevenção geral de integração, cujo limite superior é oferecido pelo ponto óptimo de tutela dos bens jurídicos e cujo limite inferior é constituído pelas exigências mínimas de defesa do ordenamento jurídico; dentro desta moldura de prevenção geral de integração a medida da pena é encontrada em função de exigências de prevenção especial, em regra positiva ou de socialização, excepcionalmente negativa ou de intimidação ou segurança individuais” (cfr. Figueiredo Dias, Temas Básicos da Doutrina Penal, pág. 110).

A *quantificação* da culpa e a *intensidade* das razões de prevenção têm de determinar-se, naturalmente, através de “todas as circunstâncias que, não fazendo do tipo de crime, depuserem a favor do agente ou contra ele”, tendo nomeadamente em conta as circunstâncias elencadas nas várias alíneas do nº 2 do artº 65º do CPM.

No caso *sub judice*, o Tribunal *a quo* considerou intenso o dolo do arguido, porque directo. E são medianos o grau de ilicitude e a gravidade das consequências do crime.

No que tange às finalidades da pena, são prementes as exigências de prevenção geral, impondo-se prevenir a prática do crime em causa.

Em sede de prevenção positiva, há que salvaguardar a confiança e as

expectativas da comunidade no que toca à validade da norma violada.

Em sede de prevenção negativa, não pode postergar o efeito de intimidação subjacente a esta finalidade da punição.

E quanto à prevenção especial, as suas exigências são de igual modo prementes.

Não obstante a confissão integral e sem reserva do arguido bem como o arrependimento por si mostrado, não podemos deixar de destacar a antecedência criminal do arguido.

Ora, resulta dos autos que, antes dos factos repostados nos presentes autos, o arguido tinha sido já julgado e condenado por duas vezes, pela prática do mesmo crime de desobediência qualificada e durante um período muito curto de 3 meses, respectivamente na pena de 3 meses e 4 meses de prisão, suspensa na sua execução em ambos os casos.

No entanto, apenas um mês depois da segunda condenação, voltou o arguido a cometer o mesmo crime, tendo violado outra vez a interdição de conduzir na RAEM.

Daí que se mostram o dolo muito intenso do arguido bem como as fortes exigências de prevenção especial com vista a afastar o arguido da prática de novos crimes.

Neste contexto e tudo ponderado, afigura-se-nos justa e equilibrada uma pena não inferior a 4 meses de prisão efectiva.

No que concerne à pretensa inibição de condução, entendemos que se deve aplicar a pena acessória em causa, salvo o muito respeito por opinião diferente.

Face aos elementos apurados nos autos, fica sem dúvida o preenchimento dos requisitos previstos no artº 94º, al. 1) da Lei do Trânsito Rodoviário.

Tendo em conta a gravidade do crime praticado pelo arguido, parece-nos adequada punir o arguido com inibição de condução pelo período não inferior a seis meses, pena esta que não deve ser suspensa na sua execução uma vez que não há razão para tal.>> (cfr. o teor de fls. 58 a 59v dos autos).

Nestes termos, afigura-se justo e legal passar a condenar o arguido em quatro meses de prisão efectiva, com inibição de condução por oito meses.

IV – DECISÃO

Em sintonia com o exposto, **acordam em conceder provimento ao recurso do Ministério Público, passando a condenar o arguido A na pena de 4 (quatro) meses de prisão efectiva**, pela prática de um crime de “condução durante o período de inibição de condução” previsto no art.º 92.º, n.º 1, da vigente Lei do Trânsito Rodoviário, e punível nos termos do art.º 312.º, n.º 2, do Código Penal de Macau, **com inibição de condução pelo período de 8 (oito) meses**, nos termos do art.º 94.º, alínea 1), da mesma Lei.

Passa mandados de detenção do arguido para este ser conduzido ao Estabelecimento Prisional de Macau para efeitos de cumprimento da pena.

Sem custas.

Fixam em novecentas patacas os honorários a favor do Ilustre Defensor Oficioso do arguido, a suportar pelo Gabinete do Presidente do Tribunal de Última Instância.

Macau, 6 de Novembro de 2008.

Chan Kuong Seng
(Relator)

José Maria Dias Azedo
(Primeiro Juiz-Adjunto)

Lai Kin Hong
(Segundo Juiz-Adjunto)